

Grande ABC perde R\$9,9 bi em potencial de consumo em 10 anos



Contas públicas municipais

Em que pese a melhoria na transparência das contas públicas nas últimas décadas, a análise destas informações requer alguns parâmetros para uma leitura qualitativa. Em tese, o detalhamento das contas governamentais possibilita observar sua dimensão na economia e as prioridades na alocação dos recursos oficiais, o que se correlaciona positivamente com as prioridades de ação das políticas públicas.

Sobre este tema, o primeiro destaque que faz é a existência de um déficit nominal persistente nas contas públicas brasileiras desde o início da apuração, na década de 1980, com raros períodos de exceção. Isso demonstra um problema estrutural crônico e/ou uma cultura de gestão insustentável das finanças do governo no Brasil.

A demanda por serviços públicos apresenta trajetória contracíclica, sendo maior em períodos de retração da economia. Isso faz com que em períodos de menor arrecadação haja demanda por mais serviços e gastos públicos, o que tende a provocar déficits orçamentários. Se de um lado a ocorrência de déficits nestes períodos é esperada, a existência de déficits orçamentários persistentes se reflete negativamente sobre a credibilidade do governo e em maior aversão de risco por parte dos credores da dívida pública. O Brasil se encontra neste segundo caso.

No período pós-2019, diante da ocorrência da pandemia, da ampliação das despesas com serviços de saúde e os impactos da retração econômica, as contas oficiais foram afetadas negativamente. Os resultados das contas de 2022, segundo o demonstrativo de receitas e despesas trimestrais divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, demonstram déficit nominal maior do que em 2022, ainda que bem menor do que em 2020.

Municípios em alta

Em 2022, os municípios foram a única esfera de governo a apresentar resultado positivo no orçamento, em R\$ 108 bilhões, comparativamente aos Estados e ao governo central.

Em relação a 2020, o resultado apresentado pelos municípios ficou R\$ 73 bilhões acima do de 2020 em termos nominais. As receitas municipais se ampliaram de 9,89% para 10,85% do PIB entre 2020 e 2022. As despesas se ampliaram de 9,51% para 9,77% do PIB. Com a elevação mais rápida das receitas comparativamente às despesas nos últimos dois anos, a melhoria no resultado agregado das finanças públicas municipais foi equivalente à 0,70 ponto percentual do PIB.

Do lado das receitas, a principal ampliação ocorreu na rubrica de transferências correntes dos governos estaduais ou federal no biênio 2020 – 2022. Do lado das despesas, o dispêndio com pessoal e encargos, que representavam 46,3% das despesas em 2020, diminuiu para 43,3% em 2022.

Os investimentos líquidos no agregado dos municípios ampliaram mais de R\$ 10 bilhões no período 2020 – 2022. Investimentos estes em capital fixo.

A aparente melhora dos resultados orçamentários municipais requer algumas ponderações. A primeira refere-se à dependência destes resultados das transferências das esferas federal e estaduais, cujo resultado se anula no agregado do poder público. Na mesma linha, a segunda ponderação refere-se ao limitado impacto do resultado das finanças públicas municipais no agregado do poder público.

De outro lado, as pessoas moram, trabalham e realizam suas atividades nos espaços econômicos dos municípios. Esta esfera de poder está mais próxima dos indivíduos, sujeita à maior pressão por demandas da sociedade. A melhoria das finanças públicas municipais, com maior racionalidade e eficiências na alocação dos recursos, pode se refletir na melhora da capacidade de atuação dos governos locais.

Não que seja uma regra inequivocamente observável e infalível. A capacidade de gestão pública local, em cada contexto e realidade regional, será um diferencial para a qualidade dos efeitos que serão observados pela sociedade. Tanto para o lado positivo como para o negativo.



PRIORIDADE | Habitação, com R\$ 32 bilhões, será o segmento com maior consumo em 2023

Grande ABC perde R\$ 9,9 bi em potencial de consumo em 10 anos

A cada R\$ 100 que serão gastos no Brasil neste ano, R\$ 1,72 ficarão nas sete cidades; em 2013, era R\$ 1,87, o que representa redução de 7,8%

NILTON VALENTIM
niltonvalentim@fgabc.com.br

A cada R\$ 100 que serão gastos no País durante este ano, R\$ 1,72 ficarão no Grande ABC. A projeção é feita pela IPC Maps e revela queda de 7,8% no valor em relação a 2013, dez anos atrás, quando este número era de R\$ 1,87. Uma coisa, entretanto, permaneceu inalterada: se a região fosse um único município, seria a quarta no ranking nacional dos maiores potenciais de consumo – atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

“Em 2013 a participação do Grande ABC no cenário brasileiro era de 1,87211%; em 2023 será de 1,72558%, o que representou perda de R\$ 9,9 bilhões no bolo da população da região”, afirma Marcos Pazzini, responsável pelo IPC Maps. Ele estima para esse ano total de R\$ 115,8 bilhões de consumo total nas sete cidades.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO GRANDE ABC

Posição no ranking	2023	4
	2013	4
IPC Maps	2023	1.72588
	2013	1.87211
Varição	IPC 2023/2013	-7,8%
Total de consumo em	2023 (em bilhões)	R\$ 115.805
	2013 (em bilhões)	R\$ 56.068
Varição nominal	2023/2013 (%)	106,5%
Quantidade de empresas	2023	336.302
	2013	198.634
Varição de empresas	2023/2013	69,3%
População	2023	2.887.286
	2013	2.684.066
Varição populacional	2023/2013	6,5%
Frota	2023	1.943.283
	2013	1.586.647
Varição de frota	2023/2013	22,5%

Fonte: IPC Maps | Atualizado: 15/06/2023

Uma das razões para a queda do potencial de consumo apontada por Pazzini é a diminuição das residências que se encaixam nas classes econô-

micas A e B e, respectivamente, o crescimento das classificadas como C, D e E. “Houve forte redução na quantidade de domicílios das classes A e

B, respectivamente queda de 32,6% (de 56.945 para 38.355) e 26,5% (de 370.720 para 272.306) entre 2013 e 2023. Este processo é conhecido como migração social negativa e é o que influenciou a perda de potencial de consumo do Grande ABC entre 2013 e 2023”, afirma Pazzini. Nesta década, a classe C cresceu 25,6% (de 369.174 para 488.706) e as que se enquadram na D e E, 144,6% (de 71.100 para 173.931).

Entre 2013 e 2023, a região ganhou 137.668 empresas, sendo 109.395 no setor de serviços. A indústria contribuiu com 25.473 unidades e o comércio com 2.715. As 85 restantes são do segmento do agronegócio. “Na análise de quantidade de empresas, o desempenho do Grande ABC segue o padrão do Brasil, com aumento na quantidade de estabelecimentos dos setores de indústria, serviços, agronegócio e comércio”, afirma Pazzini.

Nos últimos dez anos a população das sete cidades cresceu 6,5%, passando de um contingente de 2.684.066 pessoas para 2.887.288.

O estudo do IPC Maps chama atenção para o aumento de 22,5% na frota da região. No período, as cidades ganharam 356.636 veículos, passando de 1.586.647 em 2013 para 1.943.283. “Este crescimento maior da frota pode ser explicado pelo aumento dos serviços de delivery, que tiveram uma forte demanda durante e após a pandemia de 2020, além do aumento da oferta de serviços de transporte por aplicativo”, aponta Pazzini.

ONDE VAI O DINHEIRO

Na distribuição por classes sociais, a A e B – que representam 31,9% dos 973.298 lares da região, serão responsáveis por 62,7% de tudo que será gasto na região. Já os segmentos C, D e E, com 68,1% das residências, têm consumo estimado em 37,3%.

Nesse ano, a região deverá consumir R\$ 32,083 bilhões com habitação. Esta será a categoria como maior demanda no período, seguida por veículo próprio, com R\$ 12,859 bilhões. Em terceiro aparece alimentação no domicílio, com R\$ 9,454 bilhões, segundo o estudo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia Pagina: 5